

SOBRE A MINHA COLABORAÇÃO NA OBRA DA “RENASCENÇA PORTUGUESA”

MANDA quem pode, obedece quem deve. Foi decisão de Joaquim Moreira que lhes trouxesse aqui um depoimento simples acerca da colaboração com que participei outrora na faina da «Renascença Portuguesa», e inclusivamente na revista que foi seu órgão, e que se intitulou a *Águia*. Cumpre-me obediência. O depoimento aqui vai.

O pequenino papel que na «Renascença» tive procedeu das preocupações que me trouxe ao espírito a ideia da urgência de acudir com remédios às dificuldades em que previa que nos iria pôr a vitória republicana de 1910, depois de uma impetuosa propaganda política em que três grandes erros me pareceu enxergar:

1.º — O seu tom romântico, passional e *expansivo*, de «vibrante» dramatização da vida pública, — ao contrário daquilo que se nos fazia mister: o autodomínio, o exame, a *concentração* da psique, a atitude intelectualista, o esclarecimento dos casos, — qualidades próprias daquele tipo mental a que chamei mais tarde «do Terceiro Homem»;

2.º — A carência de um plano de reforma positiva, de natureza pedagógica e económico-social, resultante de um estudo dos problemas pátrios;

3.º — A confusão do anticlericalismo *pròpriamente dito* (anticlericalismo que eu sempre aprovei) com o ataque ao sentimento e ao pensar religiosos, — proceder que desde logo se me afigurou desumano, perturbador, estólido, e, à luz da política, contraproducente ao máximo (e contraproducente, outrossim, a separação absoluta da Igreja e do Estado, que a subtraía à fiscalização do poder civil, agravando a sua dependência em relação aos ricos).¹ O que cumpria fazer (conjecturava eu, em minha simplicidade e modéstia) não era tentar destruir a fé por meios negativos e brutais, mas purificá-la, espiritualizá-la, cristianizá-la, elevá-la, limpando-a das gangas da superstição devota, tornando-a uma aliada das aspirações generosas (da democracia política, da democracia económica, da democracia social, tão acordes com a doutrina dos Evangelhos).

Para boa interpretação deste terceiro ponto, devo declarar que desde a própria infância me mantiveram alheado de toda religião positiva; que me não deram nunca a mais pequenina ideia de haver o Paraíso e os caldeirões do Inferno, um Soberano celeste e um Mafarrico; que ninguém, na minha casa paterna, pensou em submeter-me a uma instrução católica, — o que concorreu para a felicidade do meu viver meninil, sem sombras de «complexos», de temores, de angústias, desenvolvido num regime de bela liberdade lumínea; que nunca na singradura se me atravessou a Igreja; e que tudo me poupou àquela crise aspérrima dos que têm um dia de libertar-se dela, — crise que explicava, ao que eu na adolescência pensei, o hostil ressentimento que dominava em muitos, tornando-os anticatólicos com paixão. O ódio ao catolicismo, num jovem livre como eu (que jamais esbarrara na menor influência eclesiástica) seria tão absurdo como a aversão aos flâmines, aos sacerdotes do Egipto. Em pequeno, tivera ensejo de verificar que meu Pai, governador do Congo, encarava sempre com humanidade e respeito as cerimónias feiticistas dos negros de África: e todos os ritos ficaram para mim nivelados, como

produtos de uma mentalidade que se me afigurava infantil. Esta ausência completa de instrução católica concorreu possivelmente para que comprehendesse a pleno a frase do Cristo que no Evangelho encontrei, fulgurante e pulquíssima: « Deus é Espírito, e é necessário que aqueles que o adoram o adorem em Espírito e em Verdade ». O meu desacordo com a investida à fé, tal como a observava nos nossos torrentuosos tribunos, era pois intelectualístico e perfeitamente objectivo, condicente com as ideias e estrutura mental do cem por cento adomgático que sempre fui e sou, racionalista estreme, — completamente afastado, por conseguinte, do ímpeto católico e do anticatólico, que a revezes se empoleiram nesta nossa terra.

Ora, ocorreu depois que a atitude inconforme em relação aos « homens do boné frígio » (empregando a expressão que Oliveira Martins usava), fez com que muitos me supusessem monárquico. A verdade, porém, é que o não era tal; que não preferia a Realeza nem tão-pouco a República, e que desse tipo de problemas me senti sempre alheio. Só a democracia *social* me interessava, enfeitada com uma coroa ou sem coroa alguma. E já que havia a República, — era minha opinião que ficasse.

Monárquico? Mas não, nunca o fora; como nunca fora um católico. Recusei-me a ser apresentado a El-rei (que aliás me conhecia) ao chegar à idade de se cumprir tal praxe. Porque praxe foi essa que me cumpria seguir. Minha família era, com efeito, de fidalgos cavaleiros da casa real; meu Pai; desde muitos anos, ajudante de campo honorário de El-rei; meu Avô fora, pelos meados do século, preceptor militar de El-rei D. Luís. Mas declarei a meu Pai que não seguiria a praxe: e ele (a pessoa de mais encanto que jamais conheci, o homem mais liberal, mais sorridente e bondoso, de gentileza aristocrática em todas as circunstâncias da vida) conformou-se imediatamente com o meu desejo. « És republicano; estás no teu direito »: assim comentou. « Nem republicano nem monárquico », expliquei eu logo; « desagrada-me a ideia de entrar na Corte ». Abandonei a Armada quando se instaurou a Repú-

blica, no empenho de manter a minha liberdade crítica e de me dedicar à vocação que me parecia a minha; mas nunca me aproximei da nossa gente monárquica, e não tive sombra de comunicação alguma com o partido realista ou com os seus caudilhos. Decidira consagrar-me ao meu próprio rumo (o do apostolado cívico) *et me tenir ferme dans les courants*. Um jovem Amigo me fez notar há dias que quem ler as *Notas sobre Antero de Quental*, só publicadas em 1908 (por pessoa amiga, e não por mim) mas lançadas ao papel alguns anos antes, vislumbrará nesse livro manifestações evidentes de um espírito de cunho revolucionário e avançado.

Detesto o ocupar-me de quaisquer nugas biográficas; o certo, porém, é que sempre me assaltam com interrogações e dúvidas a propósito da saída da corporação da Armada, e que a mínima incompreensão sobre esse claro episódio impedirá que se conceba uma ideia nítida das verdadeiras intenções e do estado de espírito com que fui apresentar-me na assembleia de Lisboa de onde saiu a fundação da «Renascença Portuguesa», — e para a qual havia eu recebido convite por empenho de uns tantos dos iniciadores do grupo, ao que me quis parecer (um Jaime Cortesão, um Raúl Proença, um Álvaro Pinto, creio).

Entrando, pois, para a «Renascença Portuguesa», propunha-me trabalhar pela minha ideia: a de dar às novas instituições do País um bom conteúdo de reforma positiva, de carácter educativo e económico-social, substituindo o republicanismo emocional e romântico (instintivo, exteriorista, e de *expansão*, ou *centrífugo*) por uma boa democracia, reformadora e concreta, — isto é, por um regime cultural de auto-domínio e auto-crítica, de interioridade *centrípeta*, de disciplinação *racional*, animado de intuitos de reforma económica. A verdade é que o conceito espectacular da política, de que os tribunos republicanos abusaram um pouco, me pareceu incompatível com a democracia autêntica, e por isso preparador de reacções futuras. No campo da cultura, considerava necessário que se continuasse um Verney, um Herculano, um Antero; no econó-

mico-social, que se prosseguisse a obra de um Mousinho da Silveira, libertando o povo da oligarquia que o oprime, da empolgadura parasitária da Ganância Alta. Quanto ao mais, repetia para mim o que escrevera o Antero, o preferido escritor a que me apeguei na adolescência: «a política de formas e de sistemas é já hoje uma coisa anacrónica, e republicanos e monárquicos valem, no fundo, o mesmo». Enganava-se o poeta? É possível que sim; mas eu pensava que não. Media a pequenez da minha pessoa para a obra; esperava, porém, que outros me viriam depois exceder.

Pois que nos arrojavam, por uma impulsão subitânea, para as águas tumultuosas da intervenção popular,urgia adoptarmos nas escolas públicas um novo sistema de educação da Grei, que a ensinasse a exercer a democracia política e que a preparasse para o trabalho na democracia social.

Portanto, impunha-se:

1.º — Fazer conhecer à gente portuguesa os novos processos de educação infantil baseados na livre iniciativa mental, e portanto no dom de auto-domínio da psique, indispensável à prática de uma democracia genuína: e pedi a minha Mulher, em consequência disso, que escrevesse um livro de divulgação pedagógica a explicar *O Método Montessori* (completamente desconhecido em Portugal), o qual prefaciei e anotei, para ser editado pela «Renascença»;

2.º Ligar de futuro a instrução popular às actividades produtoras da região da escola: e por isso recorri ao Artur Castilho, para que redigisse um *Manual de instrução agrícola na escola primária*, compêndio este que saiu prefaciado com as minhas *Considerações histórico-pedagógicas*, exposição das origens económico-históricas do desequilíbrio político em que se debatia o País (e que nada implicavam com Monarquia ou República), bem como da urgência de ligar a educação aos requisitos da economia do nosso povo e da sua libertação em relação a oligarcas (o intermediário, o senhorio, o agiota), por

tarefa produtora e cooperativa na escola (em comunidades de trabalho), sendo que desenvolvi esta orientação democrática em *A função social dos estudantes* e outrossim na *Educação profissional*, livros que a «Renascença» fez vir a lume, sob a direcção editora de Álvaro Pinto;

3.º — Proclamar a indispensabilidade de bolsas de estudo no estrangeiro, que fossem concedidas metódicamente, de acordo com as necessidades de maior urgência para o desenvolvimento técnico dos Portugueses (como pretendi mais tarde realizar, sendo ministro, pela criação de uma Junta de Propulsão dos Estudos): e de aí *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, conferência editada pela «Renascença», como todos os escritos de que estou falando;

4.º — Combater o ensino puramente mnemónico nas próprias disciplinas que mais a ele inclinam (como a Zoologia e a Botânica, na sua fase primária), substituindo as meras descrições dos seres vivos, animais e plantas, pelo *entendimento* da interdependência funcional biológica, quer dizer, das *relações inteligíveis* entre a estrutura orgânica e o modo de vida que o ser vivo adopta, ensartando as ideias sobre aquela e esta num colar inteligível de sustentações recíprocas: e foi isso mesmo o que pus em efeito ao dar aos prelos da «Renascença Portuguesa» as minhas *Noções de Zoologia* (dia didáctico para o professor);

5.º — Treinar futuros cidadãos democratas pelo emprego dos métodos da democracia política (fundados no exercício do proceder racional) no próprio governo da sociedade escolar: e de aí o livro sobre *Educação Cívica*, que saiu primeiramente em artigos da *Águia* e depois em volume da «Renascença»;²

6.º — Expor as linhas gerais pedagógicas de um plano de organização do ensino público, em que se sublinhasse o proveito social-nacional de desenvolver o ensino de continuação

(ou primário superior com carácter técnico, ao mesmo tempo que de educação geral) e de fazer encaminhar para este novo ensino (que habilitaria os alunos para os postos *médios* da vida agrícola, industrial ou comercial, como regentes agrícolas, chefes de oficina, empregados de escritório, caixeiros viajantes e outras funções medianas) os jovens sem dotes mentais bastantes para triunfarem nos estudos universitários, — jovens que, insistindo no empenho de ser doutores, engrossam depois as legiões do Desemprego, as hostes de proletários intelectuais e *ratés*, fomentadores da desordem da vida pública, que tornam impossível uma democracia estável: e de aí o opúsculo *O ensino como factor do ressurgimento nacional*. (Além dos doutores sem colocação condigna, numerosíssimos moços se topam que, já nas escolas do ensino superior, desistem de prosseguir até o fim do curso. Esses perderam a mocidade inteira em estudos inúteis para o ganha-pão. Ao mesmo tempo, faltam-nos técnicos com competência sólida para os postos *médios* da economia, que as escolas de continuação nos deveriam dar).

Claro, foram os doutores que não merecem sê-lo os que mais se revoltaram contra tal ideia, que os teria impedido de ocupar poleiros que estão muito acima do seu valor real, e de serem os simuladores que realmente são. (Mil vezes esses senhores me têm objectado que, depois da idade dos 14 anos, haverá quem venha a revelar-se um dia como capaz para os estudos de grau superior; e mil vezes respondo: para esses jovens, haveria processos de lhes dar passagem do ensino de continuação para o liceal).

Constituiu um complemento deste labor pedagógico (relacionado com a necessidade de usar de testes para encarrear os alunos quanto aos estudos futuros — escola de continuação ou preparatórios no liceu — ao chegarem ao fim da instrução primária, aí por volta dos 14 anos) a *Escala de pontos dos níveis mentais*, que esbocei em colaboração com minha Mulher.

No que toca à propaganda para um conteúdo económico (com mira a um trabalho de rendimento máximo para elevação

do nível do nosso povo e a uma maior justiça na distribuição da riqueza), que cumpria dar à nossa recente República e que faltara por completo nas concepções dos tribunos, — fi-la mais tarde em duas outras revistas (a *Pela Grei* e a *Seara*) e no prefácio e notas a que deu ensejo a compilação da *Antologia dos Economistas Portugueses*.

Os funcionários superiores do nosso ensino público, e as personagens gradas que nele tinham influxo, não só não deram utilização alguma à campanha pedagógica das minhas publicações na «Renascença», senão que a contrariaram de maneira enérgica, se eu não estou iludido. Assim, parece-me que se fez quanto foi possível para evitar que o método da Montessori, e que as práticas modernas do ensinar a ler, se ensaiassem nas escolas de Portugal. Não conseguí convencer os políticos republicanos a criarem um internato de bom tipo inglês que substituisse o colégio de Campolide (repetia-lhes a frase do Augusto Comte: «só destrói o que se substitui»; mas sem nenhum efeito).

Contudo, não desanimei. Desde princípio me resignara à ideia de não servir aos portugueses do meu próprio tempo, mas só aos que viriam de aí a um século, depois de passadas as sucessivas vagas do republicanismo abstracto e do conservantismo autoritário, onde não era de esperar que encontrasse auxílio para o socialismo libertário que me inspirava a mim. E na resignação continuo. Das sementes que lanço, nada verei brotar.

*Et les premiers auteurs de la glèbe féconde
N'auront pas vu courir sur la face du monde
Le sourire paisible et rassurant des blés...*

Com o Teixeira de Pascoaes, de quem sempre fui admirador e amigo, cujas belas poesias sempre apreciei muitíssimo, mas cujas prosas «filosóficas» nunca tomei a sério, tive leve discussão sobre a sua fé «saudosista», em números sucessivos da revista *Águia*, — discussão cujo efeito só seria, depois, o de

aumentar a ternura por esse amado poeta; e publiquei na revista pequeno número de poemas, sendo que de alguns (com meu espanto, vamos) existem leitores que se não esqueceram ainda. O mais (se mais houve, acaso) olvidei-o eu de todo.

Para os opúsculos pedagógicos com que busquei ser útil não teria achado um editor, de certo, se a «Renascença Portuguesa» se não prestasse a isso. Devo-lhe pois muitíssimo. E agradeço o ensejo que se me dá para o dizer.

ANTÓNIO SÉRGIO.

¹ O fenómeno foi apontado, pelo que se refere à França, por A. LUGAN. Diz este autor: «Après la Séparation, le clergé pour vivre dut faire appel à la générosité des fidèles. Or les plus riches, ceux qui pouvaient le mieux l'aider et soutenir les oeuvres catholiques, se trouvaient parmi les royalistes et les amis honteux ou déclarés de l'*Action Française*. Les combattre ou seulement être indifférent était, pour un évêque ou un prêtre, se priver de leur argent et de leur concours. Ils liaient donc les langues et les mains de ceux qui auraient voulu se débarrasser de leur emprise ou être simplement neutres. Les esprits réfléchis purent alors se rendre compte que par la Séparation, le catholicisme français avait quitté une servitude anonyme et lointaine, pour en subir une autre plus personnelle et plus proche, imposée par le châtelain du village ou le bourgeois argenté». A. LUGAN, *La fin d'une mistification. L'Action Française. Son histoire, sa doctrine, sa politique*. Paris, Lib. Valois, 1928, pág. 17.

² Nada impedia, aliás, que estes processos democráticos de ensino (democráticos pelos meios, democráticos pela finalidade) fossem instaurados por uma ditadura transitória de intuito liberal. Quanto a mim, a função de uma ditadura de intuito liberal deveria ser exactamente a de educar o povo (com generosidade e inteligência, que tão necessárias nos estavam sendo) para que viesse mais tarde a governar-se bem a si próprio. Educá-lo, onde? Na escola, na cooperativa, no sindicato e no município.